

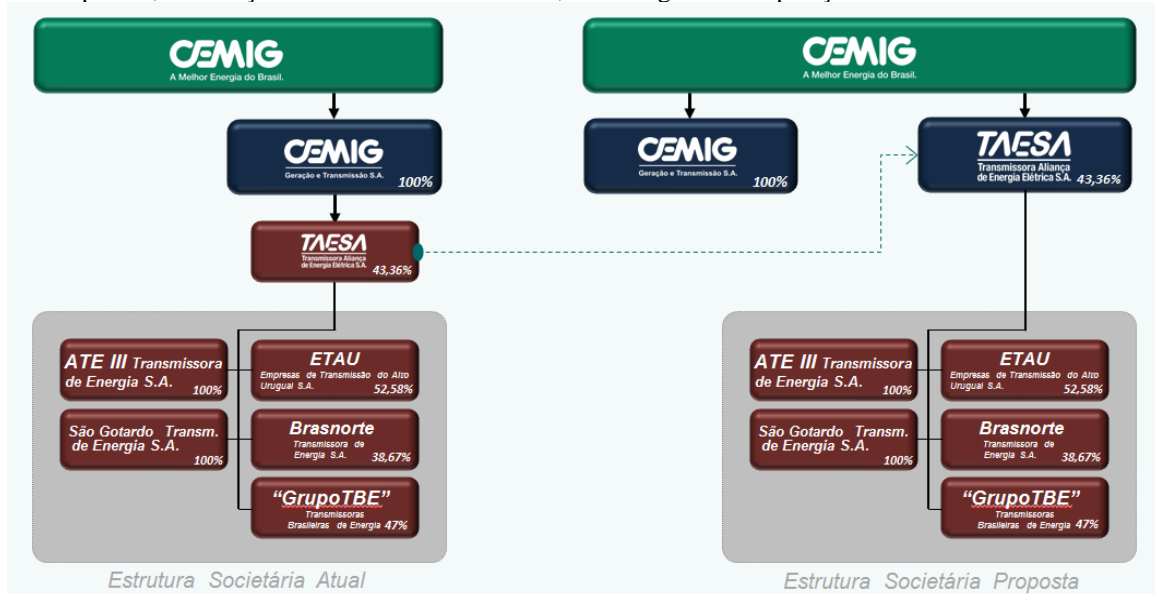
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
CNPJ 17.155.730/0001-64 – NIRE 31300040127

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA AOS 10 DE SETEMBRO DE 2013.

Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e treze, às onze horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 21º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, em primeira convocação, acionistas da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig que representavam mais de dois terços do capital social com direito a voto, conforme foi verificado no Livro de Presença dos Acionistas, onde todos lançaram suas assinaturas e fizeram as declarações exigidas, sendo o acionista Estado de Minas Gerais representado pelo Sr. Rodrigo Peres de Lima Netto, Procurador do Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação vigente. Inicialmente, a Sra. Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Cemig, informou que existia “quorum” para a realização da Assembleia Geral Extraordinária. Informou, ainda, que cabia aos acionistas presentes escolherem o Presidente desta Assembleia, em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Pedindo a palavra, o representante do acionista Estado de Minas Gerais indicou o nome do acionista Luiz Fernando Rolla para presidir a reunião. Colocada em discussão e, após, em votação, a proposta do representante do acionista Estado de Minas Gerais, foi a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia e convidou a mim, Anamaria Pugedo Frade Barros, acionista, para secretariar os trabalhos, solicitando-me que procedesse à leitura do edital de convocação, publicado nos dias 22, 23 e 24 de agosto do corrente ano, nos jornais “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, nas páginas 96, 74 e 50, respectivamente, e, “O Tempo”, nas páginas 37, 34 e 36, respectivamente, cujo teor é o seguinte: “COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 10 de setembro de 2013, às 11 horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 21º andar, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberarem sobre a orientação do voto favorável do representante da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT relativo à: a) ratificação da nomeação de peritos contadores, que, nos termos e para os efeitos do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976, elaboraram o Laudo de Avaliação do Investimento na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa registrado nos livros contábeis da Cemig GT; b) aprovação do citado Laudo de Avaliação; e, c) redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) para R\$963.371.711,80 (novecentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e oitenta centavos), bem como a consequente alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig GT. O acionista que desejar representar-se na referida Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976 e posteriores alterações e do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo no ato ou depositando, preferencialmente até 06 de setembro de 2013, os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na Superintendência da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da CEMIG, na Av. Barbacena, 1200 - 19º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG. Belo Horizonte 8 de agosto de 2013. a.) Dorothea Fonseca Furquim Werneck - Presidente do Conselho de Administração”. A seguir o Sr. Presidente pediu à Secretária para proceder à leitura da Proposta do Conselho de Administração, que trata da pauta, cujo teor é o seguinte: “PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 10 DE SETEMBRO DE 2013. Senhores Acionistas: O Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG: Considerando que: a) a Companhia celebrou, na qualidade garantidora de todas as obrigações, o Contrato de Compra e Venda de Ações, com a Terna S.p.A., que teve por objeto a aquisição, pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT de 173.527.113 ações ordinárias da Terna Participações S.A. - Terna, que equivale a 85,27% do capital social votante e 65,86% do capital social total daquela Empresa; b) a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, mediante Resolução Autorizativa nº 2.107/2009, estabeleceu que a participação acionária da Cemig GT na Terna Participações S.A. deveria ser transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig até 31-12-2012, cujo pedido de anuência prévia foi protocolado junto à Aneel em 27-06-2012; c) a Cemig GT celebrou com o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu: 1- Acordo de Acionistas, que tem por objeto regular o exercício do direito de voto, a forma de administração e a política de investimento e capitalização da Terna e em suas controladas e coligadas, bem como as regras para oneração e transferência das ações e o direito de

preferência nas subscrições de ações; e, 2- o Termo de Compromisso que, dentre outros compromissos, estabelece os termos e condições para o exercício pelo FIP Coliseu da opção de venda da totalidade ou de parte das ações de emissão da Terna para a Cemig GT em 30-10-2014; d) em 03-11-2009, foi realizado o fechamento da operação de aquisição da Terna, que teve sua razão social alterada para Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa; e) em 27-06-2012, a Cemig protocolizou na Aneel uma correspondência solicitando a anuência prévia para a transferência da participação acionária da Cemig GT na Taesa para a Cemig através de redução do Capital Social da Cemig GT; f) a Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.108/2013, de 14-05-2013, publicada em 29-05-2013, anuindo com a operação de transferência da participação acionária da Cemig GT na Taesa para a Cemig através de redução do Capital Social da Cemig GT, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contado da publicação da citada resolução; g) a Cemig GT detém a seguinte participação acionária no capital social da Taesa: 293.072.229 (duzentos e noventa e três milhões, setenta e dois mil, duzentas e vinte e nove) ações ordinárias, representando 43,36% (quarenta e três inteiros e trinta e seis centésimos por cento) do total de ações; e, 155.050.644 (cento e cinquenta e cinco milhões, cinquenta mil, seiscentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, representando 45,34% (quarenta e cinco inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do total de ações preferenciais; h) o Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais, através da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, autorizou a redução do Capital Social da Cemig GT, bem como a alteração do seu Estatuto Social, no âmbito das suas atribuições e competências definidas no Decreto nº 45.644/2011, na forma dos ofícios OF.CCGPGF nº 348/12, de 07-11-2012, e OF.CCGPGF nº 264/13, de 18-06-2013, estabelecendo que a Companhia deverá informar e justificar ao Comitê de Governança Corporativa tão logo a redução seja efetivada e o valor exato seja conhecido, e reconhecendo que o “caput” do artigo 5º do Estatuto da Cemig GT terá sua redução definida quando o montante de capital for efetivamente determinado; i) foi elaborado, pelos peritos contadores Flávio de Almeida Araújo - CRC/MG 86.861, Mário Lúcio Braga - CRC/MG 47.822 e Leonardo George de Magalhães - CRC/MG 53.140, um Laudo de Avaliação do Investimento “Taesa”, pelo método de equivalência patrimonial, descrito no artigo 248 da Lei 6.404/1976, que determina que o valor do investimento será calculado mediante a aplicação sobre o valor de patrimônio líquido da investida, a porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada. j) a redução de capital será de R\$2.333.413.647,10 (dois bilhões, trezentos e trinta e três milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos), representando o valor do investimento registrado nos livros contábeis da Cemig GT em 30-04-2013, reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, e deverá ser ajustado em função dos resultados da Taesa até a data efetiva da transferência; k) a redução do Capital Social não trará consequências negativas no desenvolvimento das atividades da Cemig GT, já que equivale apenas à transferência das ações da Taesa para a Companhia; l) com a redução do Capital Social, os limites de endividamento prescritos em *covenants* financeiros presentes em alguns contratos de financiamento celebrados pela Cemig GT poderão ser ultrapassados, não havendo, contudo, risco relevante de ocorrência do vencimento antecipado da dívida ou da aplicação de alguma penalidade, uma vez que os *covenants* são medidos ao final de cada semestre, e, em 31-12-2013, quando houver a primeira medição após a redução do capital, restará apenas um contrato de financiamento com o Banco ItaúBBA, que vencerá em 02-01-2014; além disso, o Banco já anuiu à citada redução de Capital; m) após a citada transferência, a estrutura societária da Companhia, em relação ao investimento na Taesa, terá a seguinte composição:



n) em razão da transferência, a Cemig deverá assumir todos os direitos e obrigações da Cemig GT no Acordo de Acionistas e no Termo de Compromisso da Taesa, incluindo quanto ao exercício da opção de venda de ações de emissão da Taesa, conferida ao FIP Coliseu no bojo do Termo de Compromisso; o) o artigo 173 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que a assembleia geral poderá deliberar pela redução do capital social se julgá-lo excessivo; p) na forma do artigo 174 da Lei nº 6.404/1976, deverá ser obtida a anuência prévia dos debenturistas da Cemig GT, reunidos em assembleia geral, sobre a redução do Capital Social da Cemig GT, e a redução do capital social somente se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, prazo esse destinado à manifestação dos atuais credores da Cemig GT quanto à redução do Capital; q) a Cemig GT é subsidiária integral da Companhia e deverá realizar Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a redução do Capital Social, em razão da transferência da titularidade das ações da Taesa pertencente à Cemig GT para a Cemig; r) o artigo 21, § 4º, alínea “g”, do Estatuto Social da Cemig dispõe: “Artigo 21 - ... Parágrafo Quarto – Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, as seguintes matérias: ... g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre essas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico. vem propor a V. Sas. a orientação do voto favorável do representante da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT relativo à: a) ratificação da nomeação dos 3 (três) peritos contadores, a saber: Flávio de Almeida Araújo - CRC/MG 86.861, Mário Lúcio Braga - CRC/MG 47.822 e Leonardo George de Magalhães - CRC/MG 53.140, que, nos termos e para os efeitos do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976, elaboraram o Laudo de Avaliação do Investimento na Taesa, registrado nos livros contábeis da Cemig GT; b) aprovação do Laudo de Avaliação, elaborado nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976, do investimento na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa registrado nos livros contábeis da Cemig GT, reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, o qual deverá ser ajustado em função dos resultados da Taesa até a data efetiva da transferência; e, c) redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) para R\$963.371.711,80 (novecentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e oitenta centavos), bem como a consequente alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig GT, que passará a ter a seguinte redação: “Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$963.371.711,80 (novecentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e oitenta centavos), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.”. A redução se fará pela transferência à Cemig, como acionista única da Cemig GT, da seguinte participação societária na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa: 293.072.229 (duzentos e noventa e três milhões, setenta e dois mil, duzentas e vinte e nove) ações ordinárias, representando 43,36% (quarenta e três inteiros e trinta e seis centésimos por cento) do total de ações ordinárias; e, 155.050.644 (cento e cinquenta e cinco milhões, cinquenta mil, seiscentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, representando 45,34% (quarenta e cinco inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do total de ações preferenciais (em conjunto denominadas “Ações da Taesa”), avaliadas pelo método de equivalência patrimonial em R\$2.333.413.647,10 (dois bilhões, trezentos e trinta e três milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos), com base no valor do investimento registrado nos livros contábeis da Cemig GT em 30-04-2013 (“Transferência”), condicionada à aprovação prévia dos debenturistas da Cemig GT, na forma do artigo 174, §3º, da Lei nº 6.404/1976. O valor final da redução de capital deverá ser ajustado em função dos resultados da Taesa até a data efetiva da transferência, afetando, por conseguinte, o valor do Capital Social que constará do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig GT. Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas. Belo Horizonte, 8 de agosto de 2013. aa.) Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Djalma Bastos de Moraes, Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz, Eduardo Borges de Andrade, Guy Maria Villela Paschoal, João Camilo Penna, Joaquim Francisco de Castro Neto, Paulo Roberto Reckziegel Guedes, Tadeu Barreto Guimarães, Wando Pereira Borges, Bruno Magalhães Menicucci, Luiz Augusto de Barros, José Augusto Gomes Campos”. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu que foi distribuída cópia do citado Laudo de Avaliação do Investimento na Taesa e, continuando, esclareceu, também, que havia a necessidade de ajustar o valor final da redução do Capital Social da Cemig GT, em função do resultado de equivalência patrimonial da Taesa, data base 31-08-2013, conforme previsto na Proposta do Conselho de Administração a esta Assembleia. Entretanto, prosseguiu, tal previsão de reajuste não constou do edital de convocação, motivo pelo qual propôs que nova Assembleia Geral Extraordinária da

Cemig fosse convocada para a orientação do voto do representante da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT constando os valores definitivos dessa redução do Capital Social. Submetida a discussão e, após a votos a proposta do Sr. Presidente, acima mencionada, foi a mesma aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou franca a palavra e, como ninguém quisesse se manifestar, mandou suspender a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente, depois de colocar em discussão e submeter à votação a referida ata e verificando haver sido a mesma aprovada e assinada, deu por encerrados os trabalhos. Para constar, eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária, a redigi e assino juntamente com os presentes.